

ARQUITETO CLOVIS ILGENFRITZ DA SILVA
CURRÍCULO COMENTADO

La técnica se puede usar para domesticar a los pueblos y se puede usar al servicio de los pueblos para liberarlos.

Comandante Guevara,
Ministro de Indústria de Cuba, em 1963.

Clovis Ilgenfritz da Silva nasceu no dia 13 de março de 1939, uma segunda-feira de lua nova, quase outono, na cidade de Ijuí (*Ijuhy*, que na língua guarani significa Rio das Águas, das Águas Claras ou Divinas), sede do município de Ijuí, região noroeste/Missões do Rio Grande do Sul, à época com uma população que pouco ultrapassava seis mil habitantes. Esse ijuiense é fruto da união de Ruben Kessler da Silva e Odila Ilgenfritz da Silva, dos quais também nasceram seus irmãos Lara Ruben e Renato. Seu pai foi prefeito interino de Ijuí no final da década de 1940 do século passado e, posteriormente, eleito prefeito pelo Partido Social Democrático, em segundo mandato entre 1952 e 1955. A atividade política na família estende-se, também, à sua mãe, na Presidência da Legião Brasileira, em Ijuí.

Seu pai, de espírito visionário, na condição de gestor público, procurando criar as bases para o desenvolvimento de Ijuí, planejou e construiu a Escola Normal Rural Assis Brasil; deu início à implantação da Usina do Passo de Ajuricaba. E, preocupado com a infraestrutura técnica do município, construiu o aeroporto da cidade, criou o Departamento Municipal de Estradas, Obras e Viação, a seção de energia e saneamento, e fomentou a constituição de dois órgãos de cooperação ao poder público: o Conselho de Assessoramento ao Plano Diretor e a Comissão Municipal de Turismo, ambos voltados para o desenvolvimento do plano diretor da cidade e do turismo em Ijuí. Iniciativas públicas que, seguramente, devem ter influenciado a relação que **Clovis** teria, mais tarde, com a ação e interesse público.

Na esfera privada, **Clovis** vive num ambiente familiar que incentiva as práticas associativas e comunitárias, o respeito à diversidade étnica que originou a população ijuicense, a valorização das tradições culturais, integrada aos valores da construção da brasilidade, além do empreendedorismo social, visão e determinação de propósitos. Seu pai, além de prefeito, foi também um representativo empresário regional do ramo madeireiro, condição que possibilitou à família dar início à construção de uma casa de dois pavimentos, cuja inspiração remete ao estilo arquitetônico adotado e predominante em bairros residenciais tradicionais nos anos de 19 do século passado no Brasil e nos países platinos. Estilo inspirado na arquitetura colonial hispano-americana, o “estilo missões” ou “mexicano”, considerado extravagante pelos arquitetos da nascente corrente modernista brasileira. A casa delongou-se alguns anos para ser concluída, contudo, o que importa é que pode ter influenciado, ainda na sua tenra infância, a sua decisão pela eleição do ofício profissional de arquiteto, de dedicar-se à atividade da construção. Parte da sua infância foi num canteiro de obra e deve ter sido divertido!

Clovis constituiu família e se uniu em dois matrimônios que geraram seus três filhos: Tiago e Camilo, hoje arquitetos – do casamento com Lorena Holzmann, socióloga, professora universitária dedicada à pesquisa no campo da Sociologia do Trabalho –, e Ana Letícia, estudante – da união com Ana Cêris dos Santos, licenciada em Letras.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Em 1957, **Clovis** após o curso primário no Grupo Escolar Rui Barbos, em Ijuí deixa o internato do Instituto Educacional Metodista de Passo Fundo (RS) e passa a residir em Porto Alegre, onde cursa o destacado Colégio Estadual Júlio de Castilhos, escola de grandes líderes e políticos gaúchos, fundado no início do século XX – carinhosamente chamado de Julinho –, onde conclui o ensino secundário. Posteriormente, integrando-se pouco a pouco ao ambiente cultural da cidade, obtém brevê de piloto comercial e, depois de um insucesso num vestibular para Engenharia e do apoio de um arquiteto em Ijuí com quem trabalha, ingressa na recém-criada Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Essa faculdade era resultado da fusão, em 1952, dos cursos então existentes no Instituto de Belas Artes e na Escola de Engenharia e carregava o estereótipo de instituição frequentada por estudantes judeus, gays ou comunistas. **Clovis** logo assume a condição de comunista e, em 1965, obtém o título de Bacharel em Arquitetura.

Ainda estudante, inscreve-se na condição de sócio-aspirante do Departamento do Rio Grande do Sul do Instituto de Arquitetos do Brasil, o IAB/RS, e já despontava a sua condição de “intelectual orgânico” em diferentes escalas: começou como dirigente local, junto ao Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura e à Federação dos Estudantes da UFRGS; e na condição de representante estudantil junto ao Conselho Universitário que, após greve estudantil, que durou 60 dias (chamada Greve 1/3, de um terço de estudantes de representantes nos Conselhos Universitários) passa a funcionar com a representação de apenas um estudante no Conselho, para o qual foi eleito. Na escala nacional, ajudou a constituição da Executiva Nacional dos Estudantes de Arquitetura (ENEAU), em 1962, na Ilha do Fundão (RJ). Complementa sua atuação no âmbito internacional quando, com mais dois colegas, coordenou e participou da comitiva dos 25 estudantes da Faculdade de Arquitetura da UFRGS que viajou no navio russo *Nadezhda Krupskaya* para Havana (Cuba), em 1963, acompanhado pelo professor arq. Carlos Maximiliano Fayet, para participar do Primeiro Encontro Internacional de Estudantes e Professores de Arquitetura, “*Una arquitectura para toda la Humanidad*”. Fez parte do comitê de coordenação desse encontro presidido por *Cha Guevara* que reuniu cinco mil estudantes de 38 países e se constituiu numa atividade preparatória ao VII Congresso da União Internacional de Arquitetos (UIA). Mais tarde, a intensidade de sua participação na luta política estudantil, vinculada aos movimentos sociais, e a sua visita a Cuba, durante o regime militar, vão lhe exigir responder a inquéritos policiais e dificultar o início da sua vida profissional, vez que se graduou no início dos 21 anos do regime de exceção implantado no país.

Sua formação acadêmica foi marcada por uma instigante e estreita articulação entre a formação profissional, a vida política da época e os acontecimentos no campo da organização e da afirmação social da profissão de arquiteto. Um conjunto de aspectos que dirigiram e fomentaram a sua produção de conhecimento, habilidade e atitudes frente ao desenrolar de sua carreira.

Entre a década de 30 e 40 do século passado – após o período emblemático da produção da arquitetura no Brasil –, a organização política dos arquitetos começa a estruturar-se por meio da combinação de esforços individuais e dos grupos, apontando para a perspectiva da construção de uma entidade nacional, atenta ao esforço de relacionar o exercício da prática profissional de modo a contextualizá-la às questões políticas, sociais e econômicas de interesse público geral do país e, também, alinhada à conjuntura latino-americana e internacional. Observe-se que, em 1930, era realizado o IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos no Rio de Janeiro, então centro de poder político do país. Um exercício intelectual e crítico já exercido entre os arquitetos mais combativos do Instituto de Arquitetos do Brasil, quando ao realizar o seu I Congresso dos Arquitetos, em 1945, já entendia que “soluções específicas para a moradia das populações que vivem abaixo do mínimo admissível” encontram obstáculos à sua realização face “a inviabilidade dessas soluções, se baseadas no critério exclusivo da remuneração do capital investido”. O pós-guerra impulsionou a expansão do campo profissional da Arquitetura e da Engenharia, numa perspectiva modernizante frente a uma nova ordem social nacional que exigia pressa para ser implantada, dada uma conjuntura internacional que beneficiava o Brasil.

Basicamente, após uma década da realização do I Congresso, o IAB renova a necessidade de questionar, analisar e posicionar-se criticamente sobre a conjuntura política do país, e o faz, em 1954, quando da realização do IV Congresso Brasileiro de Arquitetos, em São Paulo, que, entre outros objetivos, buscava “debater com espírito crítico a influência da cultura e história nacionais na arquitetura brasileira e propor soluções urbanísticas para os problemas nacionais, além de por em debate o ensino da Arquitetura no país”. É possível afirmar-se que o IAB inclina-se, mais uma vez, para as posições progressistas no campo da Arquitetura num momento em que se enfatiza “a aceitação da arquitetura moderna brasileira pela sociedade” e traz como conferencistas dois destacados profissionais, Walter Gropius e Alvar Aalto. Gropius será avalista de uma das posições de disputa entre as dualidades de princípios em que viviam os arquitetos brasileiros: de técnico a serviço da sociedade, atuando numa perspectiva emancipadora, ou a de arquiteto criador de pensamento liberal e não necessariamente comprometido em termos políticos.

O festejado Seminário de Habitação e Reforma Urbana “O Homem, sua Casa, sua Cidade” (seminários de Quitandinha e de São Paulo) promovido, em julho de 1963, pelo IAB e pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), afina-se, portanto, ao discurso do instituto de aproximar os arquitetos e outros profissionais dos problemas sociais e do desenvolvimento brasileiro e assim vai exigir as reformas de base no país. E denuncia e esclarece a população sobre as “péssimas condições de moradia em que vive a maioria dos brasileiros e a desordem urbana que impera na quase totalidade dos nossos núcleos urbanos”.

É nesse contexto de dualidades, debates, conflitos e enfrentamentos que foi alimentado e solidificou-se o compromisso social de **Clovis** e sua ação política a partir da Arquitetura, construindo como missão dar visibilidade social a outras formas de exercício da prática profissional da Arquitetura.

EXERCÍCIO PROFISSIONAL

[...] es deber del arquitecto poner sus conocimientos al servicio de las amplias mayorías de la sociedad y no de una minoría privilegiada, participando creadoramente, al igual que los demás profesionales, en el desarrollo sócio-económico de su época.

Declaração de princípio formulada durante o Primeiro Encontro de Professores e Alunos de Arquitetura, Havana, setembro de 1963.

A época de sua formação e graduação em Arquitetura coincide com as mudanças expressivas na sociedade brasileira após o golpe militar de 1964 e com a crise política do modelo de desenvolvimento econômico de inspiração “nacional-desenvolvimentista”, centrado na participação ativa do Estado, entre outros aspectos. Nesse período, do ponto de vista do exercício profissional do arquiteto, fica evidente o atrelamento, sem adesismo, a uma política de afirmação profissional centrada no atendimento às demandas dos segmentos sociais de médias e altas rendas e no “concurso público” de projetos, numa perspectiva do exercício liberal da profissão.

O momento era de uma nova expansão da contratação de técnicos, entre os quais os arquitetos, para dar conta das funções ampliadas do Estado, dos seus Planos Nacionais e Regionais de Desenvolvimento; isso ao lado das expressivas taxas de urbanização que redefinem os problemas urbanos no Brasil. No caso particular de Porto Alegre, em 1940, a prefeitura cria o seu primeiro órgão exclusivo, – a Superintendência de Habitação – encarregada de executar a política habitacional e de interesse social para o município, o que evidentemente demandou o recrutamento de pessoal técnico. Posteriormente, em 1951 essa Superintendência é transformada no Serviço de Habitação Popular, em 1952, passa a Departamento Municipal da Casa Popular que dá origem em 1965, ao atual Departamento Municipal da Habitação (DEM HAB), hoje autarquia responsável pela gestão da Política Habitacional de Interesse Social do Município de Porto Alegre.

Inicialmente, **Clovis** atuou como profissional independente (liberal), até mesmo por falta de escolha, vez que o “macarthismo” do governo militar vigiava seus passos. Também encontrava barreiras para ascender ao mercado de trabalho no serviço público – em arrancada de crescimento na época do “milagre brasileiro”, quando se ampliou a tecnocracia estatal –, pois mesmo aprovado e selecionado em concurso público, e com padrinho de peso, encontrava a barreira da vigilante Secretaria da Administração a impedir a sua contratação.

Dada às suas inquietações sociais, o seu curso natural seria atuar no serviço público. Exemplos não lhes faltavam de diversos arquitetos municipais na história da arquitetura internacional com atuação no campo da política de moradia e da arquitetura de interesse social. É provável que tenhamos perdido um Ernest May, um Hannes Meyer, um Fernando Belaúnde Terry, um Rubens Porto, ou outros arquitetos pioneiros cujo pensamento crítico os conduziu à ação política, a partir da Arquitetura, visando a política de moradia; contudo, ganhamos o **Clovis**.

Um dos seus primeiros projetos foi a reforma da Praça da República da sua cidade natal, cujo *slogan* é o de “Colmeia do Trabalho”. Esse espaço deveria ganhar um anfiteatro e um centro cívico para apoio às comemorações oficiais e populares, projeto que realiza com a arquiteta Inês D’Ávila, com a colaboração do também arquiteto e artista plástico Guenther Leyen.

Enseja, também, a atividade docente como professor universitário, junto à Faculdade de Arquitetura da UFRGS, da disciplina Problemas da Arquitetura

Contemporânea Brasileira, entre 1972 e 1977. Finalmente, acaba por optar pela experiência de atuar no mercado de trabalho na condição de dirigente empresarial e assim trilha, por mais de trinta anos, o trabalho por conta própria. Inicialmente, junto à empresa familiar Silva Madeireira Construções Ltda., na condição de diretor-técnico, depois constituindo e dirigindo a Arquitetura e Planejamento – a Arquiplan, que, posteriormente, sofre expansão e ampliação de finalidade e torna-se a Arquiplan-CEPA –, empresa que amplia e passa a incorporar a prestação de serviços a prefeituras municipais no campo da modernização administrativa, do desenvolvimento econômico, além da elaboração de planos diretores municipais. Nessa empreitada, passa a contar com a colaboração de Demétrio Ribeiro, entre outros profissionais. Entre seus projetos de ofício, sobressaem-se os estabelecimentos de cooperativas urbanas para implantação de conjuntos habitacionais na capital do estado e interior – facilitada pelo início da atividade do Banco Nacional de Habitação (BNH) –, entre as quais a Cooperativa dos Rodoviários do Rio Grande do Sul, a Cooperativa Habitacional dos Municípios de Porto Alegre e o Conjunto Habitacional Jardim América, COHABICASA (cooperativas Ijuí, Cruz Alta e Santo Ângelo).

Suas atividades profissionais vão exigir a atualização de conhecimentos, e sua atuação advinda da experiência o conduz a especializar-se no campo da habitação popular, da construção pré-fabricada, planejamento urbano e, mais tarde, no planejamento estratégico. Obstinado e alentado por uma inata capacidade de trabalho, tão pouco descuida de outros aspectos do seu aperfeiçoamento profissional, participando ativamente em congressos e encontros regionais, nacionais e internacionais de sua categoria.

Em relação a cooperativas agrícolas, muitas foram implantadas em municípios como Ijuí, sua terra natal, Joia, Tenente Augusto e Rio Grande. Somam-se a esses projetos arquitetônicos a construção de igrejas, clubes e fábricas, porto – o da Cooperativa Regional Tritícola Serrana (Cotrijuí) –, bem como a atividade de mobilização política do trabalho de inúmeros profissionais arquitetos e de outras especialidades, entre os quais seus sócios de escritório, Ignez D’Ávila e Ruy Octávio Florim, e colaboradores como seu irmão Renato Ilgenfritz da Silva, Paulo Bicca, Paulo Baggio, entre outros.

Deve ser destacada, também, a sua participação na elaboração de planos diretores entre os quais os de Ijuí, Erechim e Alvorada, no Rio Grande do Sul. Além do aporte técnico nesses projetos, não raro insurgia-se contra a não implantação dos planos. Será veemente na manifestação da sua insatisfação e crítica ao abandono pelas autoridades municipais do Plano Básico de Desenvolvimento de Ijuí, no seu entendimento o principal mecanismo da “adequada utilização dos recursos econômicos disponíveis, a qual não é plenamente atingida através do livre jogo das forças de mercado”. Posiciona-se sobre a importância do planejamento como “o instrumento que objetiva a satisfação das necessidades sociais através da utilização racional dos recursos disponíveis”. Posicionamento categórico, em 1975, cuja a trajetória de vida não deixará dúvida de que esse entendimento não esteve circunscrito aos arroubos da juventude de um arquiteto irrequieto ou mesmo às lutas políticas intestinas do mundo ijuiense.

Suas empresas, ao lado das atividades da arquitetura, do planejamento, da engenharia e da economia, em função das atividades políticas e da opção “do patrão” pelo mundo do trabalho, funcionavam também como uma verdadeira “central das lides sindicais, IABistas e políticas”. Essa prática toma vulto a partir de meados dos anos 1970 e segue até os dias atuais, ainda que oficialmente esteja dispensado da efetividade “ao serviço”.

Registre-se, por fim, uma passagem importante da sua trajetória na atuação do seu ofício, no período em que se dedicou às cooperativas, na estreita colaboração com o engenheiro civil, membro da Academia Nacional de Engenharia do Uruguai, Eladio Dieste, criador da tecnologia que denominou de *cerâmica armada*, cuja característica, citando apenas uma delas, é a expressiva redução no uso do concreto. Aspecto que contribui para o efetivo barateamento das construções, sem, contudo, limitar as possibilidades de inovações arquitetônicas; é o caso, por exemplo, da sede da Cotrijuí, edificada em sua terra natal e a fábrica de óleo de soja Mucama, no Super Porto do Rio Grande/RS . A técnica desenvolvida por Diestes e sua obra foram postuladas pelo Estado uruguaio em 2015, para serem consideradas Patrimônio da Humanidade pela Unesco.

AÇÃO POLÍTICA PROFISSIONAL

El arquitecto como todo profesional, es un hombre y está dentro de la sociedad, Puede reunirse en organismos internacionales apolíticos y es correcto que así sea para mantener la convivencia y la coexistencia pacífica, pero como hombre, decir que se es apolítico, yo no lo entendo. [...] No es apolítico, es político, pero contrario a los movimientos de liberación.

Declaração de princípios formulada durante o Primeiro Encontro de Professores e Alunos de Arquitetura (Havana, setembro de 1963)

A década de 70 do século passado, uma nova virada do capitalismo brasileiro – após o marco emblemático da construção de Brasília – vai impor também a empreitada da renovação do pensamento sobre a Arquitetura e o exercício profissional, dado que o esgotamento da fase nacional-desenvolvimentista esvaziou e fez entrar em crise toda a sua ideologia e toda sua produção científica, artística, técnica que lhe era tributária. E fez ruir, também, muitas outras configurações superestruturais que eram dadas como indiscutíveis e representativas de tais segmentos. A nova ordem considerava que a entrada de novas tecnologias e capital estrangeiro associado poderiam dar conta da superação do atraso do país. Nessa perspectiva, o Estado se imporá como instância realizadora, e aos intelectuais caberá o papel e esforço para a criação de ideologias promotoras desse modelo político e econômico engendrado por uma estrutura de poder autoritária.

Da mesma forma fez desmoronar a figura do arquiteto (e de todo profissional) como profissional “liberal” e dono do destino de sua própria produção técnica e artística, como em *Morte e Vida Severina*, “profissionais liberais que não se liberaram jamais”. Consequentemente, fez esfumaçar-se a formação que originava esse mesmo arquiteto e esvaziar uma prática profissional hegemônica alimentada por uma clientela que demandava um “produto arquitetônico individualizado”, com uma relação de trabalho direta arquiteto-usuário, um artista singular, um criador “com uma linguagem pessoal que vai além dos condicionamentos construtivos, das políticas de gestão e dos problemas sociais”.

Uma base modernizadora se efetiva. Contudo, o modelo de crescimento fundado promoveu também o esgarçamento do tecido social, o acelerado processo

de urbanização, a intensificação dos problemas urbanos e, particularmente, o da moradia; as disparidades territoriais e as desigualdades sociais. Situação que exigirá a renovação do debate intelectual crítico em diversas arenas políticas, entre as quais o IAB e a nascente Associação Profissional dos Arquitetos de Porto Alegre.

Serão veementes as críticas dos arquitetos reunidos durante o VI Congresso Brasileiro de Arquitetos do IAB, realizado em 1966, em Salvador, dirigidas à invasão de empresas estrangeiras no campo do planejamento e da Arquitetura. Nesse mesmo congresso – cujo relator geral foi o arquiteto João Batista Villanova Artigas –, deliberou-se pela criação dos Sindicatos de Arquitetos. Assim, a gênese de todos os Sindicatos de Arquitetos no país serão os Departamentos do IAB. A antevisão da leitura do IAB, das mudanças na divisão técnica e social do trabalho, foi de importância vital para construção de uma nova ética da Arquitetura no Brasil e, em razão disso, a ampliação do reconhecimento da profissão e do enfrentamento de um desafio político interno, pois “para a grande maioria dos profissionais, sindicato era coisa de trabalhador, de operário. Se os arquitetos eram seus próprios patrões, eram autônomos, como é que poderia haver sindicato de arquitetos?”

No Rio Grande do Sul, o caminho para implantação do sindicato não foi diferente dos seus precursores. Por conta de trâmites legais, o Sindicato de Arquitetos do Rio Grande do Sul (SAERGS) nasce como Associação Profissional dos Arquitetos de Porto Alegre (APA) por iniciativa de 34 arquitetos, em 1969. E, somente em 1974, com a concessão da Carta Sindical fornecida pelo Ministério dos Negócios do Trabalho e Previdência Social do Brasil, efetiva-se como sindicato, num momento duro da política e do exercício profissional no país, sufocados por uma ditadura.

Na ordem cronológica de implantação dos sindicatos de arquitetos no Brasil, então classificado na legislação trabalhista como o 23º grupo dos profissionais liberais, o SAERGS será a quinto a ser implantado. O primeiro sindicato foi em São Paulo (1971) e na sequência Rio de Janeiro (1971), Bahia (1971) e Pernambuco (1973).

O primeiro pronunciamento de **Clovis** na assembleia solene de outorga da Carta Sindical, na sede do IAB/RS, revela sua linha programática, destacando que “além da atitude reivindicatória de questões próprias para a categoria profissional, o sindicato tem também uma missão a desempenhar, que é a missão de colaborar

para traçar as linhas de desenvolvimento da nossa nação e, principalmente, da nossa região”. Na mesma solenidade, o discurso do delegado regional do Trabalho (RS) abre sua saudação reconhecendo o esforço de **Clovis** e de seus companheiros e pautando a atuação do sindicato e a linha política esperada pelo regime ditatorial de um sindicato, reconhecendo que é uma instituição “de defesa, de amparo e de coordenação de interesse da classe que representa”. Observa que “um sindicato autêntico precisa ser órgão de colaboração, não pode ser órgão de contestação. Deve ter independência, mas não usar essa independência só para contestar; precisa integrar-se para ajudar as autoridades do poder público a realizar as funções que visam, principalmente, a realização do bem comum”.

Saliente-se, mais uma vez, que **Clovis**, na condição de intelectual orgânico e fazendo parte de uma minoria ativa, sempre esteve conectado ao mundo do trabalho do seu campo profissional, às organizações políticas e culturais mais atuantes e críticas (progressistas) dentro do seu grupo social e assim molda suas práxis política coletiva de perfil democrático, articula seu sistema de relações influenciando de forma positiva e, conseqüentemente, estimulando a necessidade de renovação sobre o exercício e inserção social do arquiteto na sociedade brasileira frente aos novos paradigmas do exercício da Arquitetura, às vezes ambíguo e ambivalente.

À busca de, ou para atualizar o sentido ético da Arquitetura, precisou dar conta da realidade de um novo léxico: sindicato, assalariamento, piso salarial mínimo, negociação e convenção coletiva de trabalho, cooperativismo, acordos coletivos, assistência jurídica, delegados sindicais, Central Única de Trabalhadores (CUT), postos de trabalho, cargos e funções, serviço social, jornada de trabalho, valorização profissional, assistência técnica, moradia econômica, mercado de trabalho, precarização do trabalho, subcontratação, luta política, assistência técnica, entre outros.

Logo, sua trajetória de vida profissional – uma espécie de irmã siamesa da sua atividade política – está vertebrada e apresenta-se em uma só. O exercício profissional e o exercício político se fundem em uma única prática social na sua trajetória de política. É conexo em sua trajetória e não cabe dicotomia entre o técnico e o político: é um só **Clovis**, “sujeito agregador”, incansável em garantir a ação política de fazer cumprir os diplomas legais com desdobramentos na valorização profissional, entre as quais a Lei n.º 4.950-A/1966, que “dispõe sobre a

remuneração dos profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária”; a Lei n.º 5.194/1966, que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo, entre outras, no que cabia ao segmento profissional dos arquitetos; até a Lei n.º 12.378/2010, que há quase 10 anos passou a regulamentar o exercício da Arquitetura e Urbanismo e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU). Saliente-se a condição de figura basilar de Ilgenfritz na interlocução com o governo federal e o Congresso, quando do processo de discussão e aprovação dessa lei que possibilitou a criação de um conselho próprio.

Na atuação de **Clovis**, seja na luta sindical para interiorização do SAERGS, orientada no sentido de ampliar a sua representação, seja nas ações com o objetivo de definir uma postura do arquiteto como categoria e como profissional, sobressai como essencial a intencionalidade programática e diretriz de atuação, concentrada na construção do reconhecimento da profissão por meio da sua atuação em alcançar todas as parcelas da população, sobretudo no campo da moradia popular. Assim, se explica seus mais de 50 anos de luta para garantir a prestação de serviço do arquiteto com o trabalho de assistência técnica. Desse modo, ergue-se, conduzido por **Clovis** e seus companheiros, a formulação do projeto Assistência Técnica Gratuita e Moradia Isoladas às Pessoas Carentes de Recursos (ATMI), mais tarde reformulado para Projeto de Assistência Técnica Gratuita à Moradia Econômica (ATME), e finalmente para Programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME) a Pessoas de Baixa Renda, cujo objetivo era “a criação de agentes técnico-profissionais à disposição das populações carentes para minorar os problemas existentes”.

Delineia-se uma proposta específica e adequada à realidade brasileira para enfrentamento da questão urbana e da moradia, centrada no cooperativismo e na busca do encurtamento da segregação social, considerando-se que se atuará na melhoria do lugar habitado com repercussões diretas na qualidade de vida. Nem a industrialização preconizadas pelo ramo mais radical do movimento moderno, nem a habitação mínima, nem a standardização. Uma nova ética se impõe como missão política dos sindicatos individualmente, e por meio de sua federação (FNA).

Em 1976, o Programa ATME já se apresentava plenamente ordenado, consolidado e publicado pelo Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul, com o

auxílio do CREA/RS. Um trabalho elaborado por uma equipe composta pelo próprio **Clovis**, pelos arquitetos Carlos Maximiliano Fayet, Cláudio Caraccia, Newton Burmeister, Paulo Henrique Soares e, além da contribuição dos advogados Manuel André da Rocha e Maria Madalena Borges Borges.

Desse modo, na direção do SAERGS (1978), **Clovis** logra, junto com seu grupo político, uma sinalização do município de Porto Alegre para testar as possibilidades de aplicação do Programa ATME. Durante 90 dias um grupo de 60 arquitetos atua num programa de regularização imobiliária de construções “clandestinas” para segmentos sociais de baixa renda, quando foram atendidas 700 pessoas.

A partir de então, **Clovis** empreende um fantástico esforço no sentido de divulgar o Programa ATME em instituições ministeriais, governos estadual e municipais gaúchos, agentes financeiros da habitação e do desenvolvimento urbano, sindicatos de trabalhadores, associações de moradores. Contudo, será no X Congresso Brasileiro de Arquitetos, promovido pelo IAB, realizado em Brasília, em 1979 – e tendo como único homenageado Dom Paulo Evaristo Arns, à época cardeal arcebispo de São Paulo –, que a tese do Programa ATME ganha visibilidade nacional no âmbito da categoria profissional defendido como uma espécie de SUS Urbano ou de “Sistema Único de Saúde (SUS) da Moradia”, uma alusão às possibilidades de garantir acesso integral, universal e igualitário do trabalho do arquiteto às populações dos menores estratos de renda. Num certo sentido, dividindo o protagonismo com a discussão do Anteprojeto de Lei Profissional do Arquiteto elaborado pelo Instituto de Arquitetos para aquele congresso, estruturado na proposição da “defesa do nosso trabalho como parte essencial do nosso papel social”.

AÇÃO POLÍTICA PÚBLICA

***En el ejercicio de la profesión que ustedes
representan se pone a prueba el espíritu.***

Ministro da Indústria de Cuba, durante o encerramento da plenária do Congresso da UIA de 1963.

A biografia do Arquiteto **Clovis** Ilgenfritz da Silva está imbrincada na história do Partido dos Trabalhadores, agremiação político-partidária à qual se filiou há mais de 35 anos e que também ajudou a fundar nacionalmente. Sua ação política esteve focada em aproximar os arquitetos da luta dos demais trabalhadores e, a partir da Arquitetura, na busca de novos princípios e valores éticos do ofício. Luta na qual esteve também envolvida a releitura da estrutura gremial dos arquitetos reunidos nas demais instituições, vez que novas ponderações de valores se faziam necessárias, além de buscar conferir outra estatura ao conteúdo do significado de “interesse social” ao exercício da Arquitetura.

Ao ocupar cadeira no Parlamento, o fará na condição de representante político dos cidadãos igualmente considerados: sejam os de Porto Alegre, quando ocupou a cadeira de vereador, sejam os do Rio Grande do Sul, sem nunca perder a perspectiva de Brasil, quando ascendeu à condição de deputado federal representando o estado.

Vigilante aos anseios e às postulações da sua categoria profissional, um dos seus primeiros projetos na Câmara Municipal de Porto Alegre buscará instrumentalizar a dimensão da “Gestão Democrática da Gestão da Cidade”, preconizada já na nossa inovadora Constituição recém-pactuada e aprovada, em outubro de 1988. Desse modo, o município de Porto Alegre passa a contar com uma emissora de TV, onde os munícipes e interessados poderão acompanhar as sessões da Câmara e outras atividades de interesse público. Será a forma que encontra para fornecer aos portalegrenses a possibilidade de controle social dos parlamentares.

Do mesmo modo, o sentido de gestão democrática da cidade e o sentido de inclusão de todos os segmentos sociais nos destinos de Porto Alegre, se revelam em sua declaração, em 21/12/1988, ao *Jornal do Brasil* (RJ), sobre a proposta da administração do prefeito Olívio Dutra, de instalar em Porto Alegre escritórios em muitas vilas da cidade: “Vamos fazer esse processo de intervenção direta em que vileiro (favelado) passa a participar, objetivamente, de toda e qualquer mudança na sua vida. Além disso, se fortalecerá o processo de conscientização da população não só para essa, mas também para outras questões.”

Também, quando da sua passagem pela Câmara Municipal, ajuda instrumentalizar os cidadãos portalegrenses com uma modificação na Lei Orgânica,

de maneira que as contas do município fiquem formalmente disponíveis aos contribuintes por 30 dias para sua avaliação. Essa instrumentalização do controle social será de importância e de repercussão em toda América Latina; a instituição do Orçamento Participativo em Porto Alegre passará a constituir-se num mecanismo governamental de democracia participativa, permitindo que seus cidadãos influenciem nos processos decisórios de alocação de investimentos públicos por meio de processos de participação da comunidade.

Mais uma vez, convém lembrarmos o ativismo profissional de **Clovis**, pois no XI Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em Salvador, em outubro de 1982, se promoveu uma ampla reflexão e debate sobre “O Arquiteto e Gestão Democrática da Cidade”, questão que sem dúvida foi abraçada e levada às últimas consequências na práxis política de **Clovis**, por meio de sua presença na Câmara Municipal de Porto Alegre, junto ao governo do estado do Rio Grande do Sul e na Câmara Federal.

A Constituição Federal de 1988, democrática e liberal no sentido de que procurou estabelecer e garantir direitos aos cidadãos, vai animar **Clovis** a atuar para fazer valer esses direitos. A moradia, como direito social fundamental, só vai ser incorporada à Constituição no ano de 2000, por emenda constitucional. Porém, um ano antes, em 1999, o Direito à Moradia foi incorporado na Lei Orgânica de Porto Alegre que, mais tarde, ao ser regulamentada, instituiu o Programa de Assistência Técnica do Projeto e Construção de Moradia Econômica a Pessoas de Baixa Renda. No âmbito do estado do Rio Grande do Sul, dez anos depois, a sua Assembleia Legislativa aprovou a Lei n.º 13.789/2011, do Deputado Raul Carrion dispendo sobre a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para as famílias de baixa renda.

É conveniente observar que o direito à moradia chegou a fazer parte da Constituição de 1937 e foi retirado na Constituição de 1946; só 63 anos depois foi reincorporado à pauta de construção do projeto da nação brasileira. O que se revela durante esse hiato é a pouca importância do tema da moradia como uma questão de Estado.

Assumindo como deputado na Câmara Federal, sua atuação continuará modelada, fundamentalmente, em movimentos dirigidos à construção da cidadania e instrumentos para que se efetive a participação popular na gestão pública e a

encurtar as distâncias sociais por meio da moradia. Questão já formulada na Constituição da República de Weimar, estabelecida na Alemanha após a 1ª Guerra Mundial como “o direito a um alojamento digno”. Desse modo, o **deputado Clovis** participa das: a Comissão Permanente de Desenvolvimento Urbano e Interior; da Comissão de Finanças e Tributação e, também, da Comissão de Saneamento Ambiental.

No seu curto período de mandato na Assembleia Legislativa Federal, encaminha vários projetos de lei, entre os quais: o PL n.º 454/2001, uma emenda constitucional para instituir o Orçamento Participativo a nível nacional; o PL n.º 6.224/2002, orientado para o Programa Nacional de Apoio à Ecologia e ao Ecodesenvolvimento (PRONAE); o PL n.º 6.236/2002, dirigido para alteração do regime tributário da Lei do Simples, de interesse direto das microempresas (firmas individuais); o PL n.º 6.464/2002, dirigido para alteração na Lei do Serviço de Radiodifusão Comunitária, de modo que as rádios comunitárias pudessem transmitir publicidade, possibilitando fonte de renda para sua manutenção; o PL n.º 5.800/2001, que trata do acesso à informação de valor didático a alunos e professores de terceiro grau nas áreas de Engenharia e Arquitetura, em arquivos de estudos, projetos e orçamentos referentes a obras públicas.

Mas será o Projeto de Lei n.º 6.223/2002, que institui o “Programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME) a pessoas de baixa renda”, a ideação de toda uma vida profissional e política que, pelas mãos, perseverança e constância de **Clovis**, culmina com a ação política de um grupo de entidades que foram, paulatinamente, assumindo a ideia, tornando-a conhecida e atravessando fronteiras, sempre com o apoio da FNA, dos movimentos sociais e do IAB.

Contudo, esse projeto de lei foi arquivado. Coube a Zezéu (José Eduardo Ribeiro), deputado federal pela Bahia, também arquiteto e seu colega de partido, comprometido com as questões populares e urbanas, vinculado às lutas sindicais e ao IAB, que havia dirigido o Congresso de 1982 – “O Arquiteto e Gestão Democrática da Cidade” –, que reconduziu “a bandeira da ATME”, retomando as ideias fundamentais no PL anterior por meio do PL n.º 6.981/2006, com uma nova ementa “assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social”. Após uma tramitação de pouco mais de sete anos, o PL foi aprovado e transformado na Lei

Ordinária n.º 11.888/2008, e sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 24 de dezembro de 2008, no 120º ano da República.

Para **Clovis**, “foi um verdadeiro presente de Natal para as populações carentes e para nossa profissão”. Comemora e acrescenta: “Mas valeram esses mais de 30 anos de pregações e debates junto aos sindicatos e Federação, IABs, escolas, movimentos populares pela moradia, congressos, seminários, um ‘sem número’ de discussões”.

Na verdade, para **Clovis**, agora se estabelece um novo sonho e surgem inquietudes, entre as quais a formação profissional que dê conta de novas bases éticas, pois uma formação profissional impõe que se habilitem milhares de jovens estudantes de Arquitetura para realizarem assistência técnica modelada em escritórios públicos que instrumentalizem e possibilitem colocar a lei na planta e no chão. Até o momento, as experiências são tímidas e de baixa repercussão social, mas o colega **Clovis** fez o primeiro arremesso.

As grandes demandas habitacionais e de moradias no país estão localizadas nos segmentos econômicos de baixa renda, cifra que se aproxima dos sete milhões de moradias. Somadas à falta de programas institucionais consequentes dirigidos a esse segmento de cidadãos, a Lei da ATME impõe-se como um marco de referência do presente e não como solução à crise da moradia, o que nunca foi propugnado. Subjacente à sua formulação política está a ideia de **Clovis** de construir cidadania na dimensão da questão social da Arquitetura sem perder a perspectiva de que o progresso social e a forma espacial estão sempre estreitamente relacionados, daí a possibilidade de uma ação política a partir da Arquitetura. Nesse sentido, o esforço político empreendido por esse cidadão-profissional que culminou no estabelecimento Lei da Assistência Técnica foi o de ser um aliado ao processo em andamento na nossa sociedade por melhores condições de vida, o que seguramente não acontecerá via mercado – aliás, o que nunca aconteceu – e uma das questões gritantes e que se avolumam no país associadas à ocupação do espaço, seja no urbano, seja no rural.

O Brasil registra um déficit de moradias estimado em cerca de 5 milhões de domicílios. Excluindo-se, a demanda acumulada, o País ganhará até 2024 cerca de 17 milhões de novas famílias, 10 milhões com renda entre 1 e 3 salários mínimos, segundo estudo da FGV Projetos publicado no ano de 2016. Ao se considerar uma

atualização do valor médio das habitações de, aproximadamente, 68 mil reais, nos próximos dez anos seria preciso investir 760 bilhões de reais, ou 76 bilhões por ano, para suprir a demanda.

A ATME e a luta sindical de **Clovis** são para afirmar do seu ponto de vista ético que se estabeleça uma produção arquitetônica para a coletividade e que isso se efetive com a participação crítica do já expressivo contingente de arquitetos brasileiros, estimado pelo CAU, no ano de 2012, em aproximadamente 100 mil profissionais, que se multiplicam.

Subjacentes aos mais de 40 anos de ativismo sindical e político de **Clovis**, estão uma incansável, constante e crescente preocupação em interpretar a problemática gerada pelo modelo de desenvolvimento urbano brasileiro nos seus distintos cortes históricos da formação econômica do país e uma imperiosa instrumentação de meios que garantam a defesa dos princípios libertários da profissão. Hoje, membro atuante do CAU/RS, na condição de conselheiro membro da Comissão Especial da Assistência Técnica, vem abordando e detalhando, em plenárias regionais e nacionais, as possibilidades sociais e profissionais da Lei de Assistência Técnica. Contribuição que se amplia, haja vista a sua condição de vice-presidente do CAU/RS. Ativismo que se faz bem-vindo e se estende ao Conselho Superior do IAB, face sua renovada condição de conselheiro pelo Rio Grande do Sul.

Um breve parêntesis se faz necessário, haja vista, a importância da dimensão Ética do exercício profissional e cidadã de Clovis aqui referida algumas vezes. Nas práticas discursivas, seja no âmbito do senso comum ou do senso ilustrado e, até mesmo, nos meios profissionais, os termos Moral e Ética, são usados com o mesmo sentido e, são termos de natureza distinta.

Diferente da Ética, a Moral relaciona-se com práticas, comportamentos, atitudes, normas, codificações, obrigações, preceitos, mandamentos, leis, direitos, estabelecidos, historicamente e socialmente, e isso, no âmbito de um saber/poder hegemônico, tanto material quanto espiritual. Considerando não existe nada fora da política, o atendimento as exigências estabelecidas em um ordenamento moral tem uma dimensão política em um determinado modo de produção social. O não cumprimento das exigências morais por qualquer indivíduo

ou uma coletividade de diferentes indivíduos, caracteriza, culpabilidade, repreensão, corretivo e, até mesmo, como ocorre ainda em alguns países, a pena capital.

Diferente da Moral, a Ética parte de outro pressuposto. Com base em uma criativa Jurisprudência, promove a superação de muitas questões ainda mantidas pelas práticas da Moral dominante. Trata-se da emergência de um novo Paradigma Ético, ou seja, uma atitude política visando à emancipação do controle social existente. Pois é inegável que estejamos vivendo sob a égide de “Sociedades de controle” de uma intensa “colonização de saberes”, da “colonização digital” neste mundo globalizado. É nesta perspectiva que a luta pela busca de ser assegurado o direito à Moradia, circunscreve-se e ganha magnitude emancipatória.

O carreira profissional do Colega Clovis se caracteriza pela atitude política de resistência criativa, no sentido de uma visão de mundo e na qual, a questão da política de moradia de interesse social, dos segmentos sociais excluídos, voltada para uma “moradia digna” foi a sua maior preocupação. Trata-se de um enfrentamento custoso, árduo, corajoso e profundamente Ético, e isso, frente ao pouco interesse ainda demonstrado pelo poder político em nosso país em relação à precariedade urbana a que estão submetidos milhares de brasileiros. Em suma, são aspectos conjunturais que nos impelem a uma atitude reflexiva no exercício da profissão, assentada nos princípios da solidariedade e conduta o que reverberará no alcance do nosso papel social e na imagem profissional.

O que nos propiciou **Clovis Ilgenfritz da Silva** nessa sua trajetória, que esperamos seja ainda muito longa, foi uma janela para o futuro na construção de paradigmas atualizados, de novos princípios e valores éticos alimentados pela tomada de consciência dos nossos problemas sociais e políticos e a contribuição inexorável da Arquitetura e do Urbanismo. Concorrer para esse olhar é entender que da herança da escravidão ficou, muitas vezes, a percepção da irrelevância dos que trabalham – quase invisíveis – e dos que internalizam as precariedades urbanas, desenhadas como carências que acabam por naturalizar o drama e as incertezas da vida no nosso vacilante país.

CRONOLOGIA BIOGRÁFICA

Clovis Ilgenfritz da Silva – nasceu em Ijuí/RS, em 13 de março de 1939, filho de Ruben Kessler da Silva e Odila Ilgenfritz da Silva.

1957 – Deixa o internato do Instituto Educacional Metodista de Passo Fundo (RS) e passa a residir em Porto Alegre. Conclui o ensino secundário no Colégio Estadual Júlio de Castilhos.

1965 – Gradua-se arquiteto pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

AÇÕES POLÍTICAS EM ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS

- **1969** – Suplente na primeira diretoria da Associação Profissional de Arquitetos (APA) de Porto Alegre, precursora do Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul (SAERGS).
- **1972** – Presidente da Associação Profissional de Arquitetos (APA). Vice-presidente do CREA/RS; nesse cargo foi presidente interino do CREA/RS e ocupou a Diretoria de Finanças dessa mesma entidade.
- **1974** – Presidente da Federação Nacional dos Arquitetos (FNA) e delegado representante do Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul (SAERGS).
- **1977** – Presidente da Federação Nacional dos Arquitetos (FNA) e delegado representante do Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul (SAERGS).
- **1980** – Presidente da Federação Nacional dos Arquitetos (FNA) e delegado representante intersindical (instituição que congregava os sindicatos do estado) do Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul (SAERGS); segundo vice-presidente da Federação Nacional de Arquitetos (FNA) e delegado suplente representante junto à Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL).
- **1983** – Membro do Conselho Fiscal do Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul e representante do Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul junto à Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL).
- **1986** – Suplente do Conselho Fiscal do Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul (SAERGS).
- **2004** – Membro titular do Conselho Superior da Direção Nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/COSU).
- **2006** – Membro titular do Conselho Superior da Direção Nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/COSU).
- **2010** – Membro titular do Conselho Superior da Direção Nacional do Instituto de Arquitetos

do Brasil (IAB/COSU). • **2012** – Membro titular do Conselho Superior da Direção Nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/COSU). • **2014** – Membro suplente do Conselho Superior da Direção Nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/COSU). • **2015** – É eleito conselheiro titular e assume a condição de vice-presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS) com o falecimento prematuro do seu presidente, o arquiteto Roberto Py. • **2017** – Membro suplente do Conselho Superior da Direção Nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/COSU).

HOMENAGENS E OUTRAS INDICAÇÕES:

• **1976** – Paraninfo da turma formada pela Faculdade de Arquitetura da UFRGS, Porto Alegre/RS. • **1977** – Paraninfo da primeira turma formada pela Faculdade Canoense de Arquitetura e Urbanismo, hoje ULBRA, Canoas/RS, instituição de confissão luterana, reconhecida pelo CFE/MEC, em 1978. • **1994** – Paraninfo da turma formada pela Faculdade de Arquitetura da UFRGS, Porto Alegre/RS. • **1997** – Medalha de Honra ao Mérito da 3ª Região Militar do Exército Brasileiro/RS • **2003** – Eleito “Arquiteto do Ano de 2003 no RS”, pelo Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul, por meio de júri especial constituído para esse laureio. • **2004** – Homenagem da Câmara Municipal de Ijuí/RS, face à distinção recebida de “Arquiteto do Ano de 2003 no RS”, que lhe foi conferida pelo Sindicato dos Arquitetos no Rio Grande do Sul. • **2004** – Homenagem especial, em sessão solene, proposta pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Porto Alegre/RS, pelo reconhecimento do seu trabalho em defesa do desenvolvimento dessa Casa Legislativa e da comunidade porto-alegrense; • Homenagem especial na condição de ex-presidente da Federação Nacional dos Arquitetos, por ocasião das atividades comemorativas dos 25 de fundação dessa federação, durante a realização do XXVIII Encontro Nacional dos Arquitetos em Belo Horizonte/MG. • **2005** – Passa a fazer parte da Galeria Lúcio Costa por indicação da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara de Deputados, incluído, portanto, entre aqueles “profissionais do Urbanismo que direcionaram seus talentos para tornar o espaço urbano mais harmônico e igualitário”. • **2008** – Homenagem especial da FNA durante a realização

do 32º Encontro Nacional de Sindicatos de Arquitetos (NSA), realizado em Belém /PA. • **2010** – Diploma do Mérito, homenageado durante os eventos comemorativos de 76 anos do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA-RS), por indicação da sua Câmara Especializada de Arquitetura, conforme Processo nº. 2009026816. • **2013** – Homenagem da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, iniciativa do deputado e arquiteto Vinícius Ribeiro, pela passagem dos 40 anos do Sindicato de Arquitetos do Rio Grande do Sul; • Homenageado em sessão solene do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região, alusivo aos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como destacado dirigente sindical na atuação ao longo dessas sete décadas de aplicação da CLT (Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943); • **2014** – Homenageado pela Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas (FNA) na condição de ex-presidente da entidade quando da realização em Cuiabá/MT do 38º Encontro Nacional de Sindicatos de Arquitetos e Urbanistas e comemorações de 35 anos de fundação dessa federação. • **2016** – Distinguido com o **Premio Juan Torres Higuera**s, criado em 1994, e conferido pela Federação Pan-Americana de Arquitetos (FPAA), organização que congrega 32 associações de arquitetos das Américas – por indicação do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) –, face sua relevante atuação gremial e ações para a instituição da Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, condecoração recebida durante a abertura do II Congresso Internacional de Arquitetura e Sustentabilidade da Amazônia (II ARQ Amazônia), em Manaus.

AÇÕES POLÍTICAS PÚBLICAS

• **1981** – Filia-se ao grupo político que funda o Partido dos Trabalhadores (PT), reconhecido oficialmente como partido político brasileiro pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral em fevereiro de 1982, e ocupa a função de secretário-geral (1982 a 1985). • **1982** – Candidato ao mandato de deputado federal pelo estado do Rio Grande do Sul, sendo o mais votado pela legenda do PT, mas sem conseguir eleger-se. • **1983** – Membro da Executiva Nacional do PT, ficando responsável pelo seu Departamento Financeiro, ocupando o cargo de tesoureiro (1983 a 1991);

Membro do 1º Congresso da Central Única dos Trabalhadores, suplente de Alfredo Serafino Paesani, à época diretor da FNA, ambos na condição de representantes das Federações de Entidades Nacionais. Na ocasião, Clovis era o presidente nacional da FNA. • **1984** – Membro suplente da Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT). • 1985 – Candidato pelo PT ao mandato de vice-prefeito, mas não se elege. • **1986** – Candidato pelo Partido dos Trabalhadores ao mandato de governador do Rio Grande do Sul, quando recebeu menos de 7% dos votos. Concorre ao cargo com o líder político gaúcho Pedro Simon, vencedor daquela eleição; • **1988** – Eleito para o mandato de vereador do município de Porto Alegre/RS. • **1990** – Concorre ao mandato de deputado federal pelo estado do Rio Grande do Sul, obtendo suplência. • **1991** – Como líder do PT na Câmara Municipal de Porto Alegre, homenageia o presidente da África do Sul, Nelson Mandela, com o Título de Cidadão Gaúcho, em solenidade no Congresso Nacional. • **1992** – Concorre e reelege-se ao mandato de vereador do município de Porto Alegre/RS. • **1994** – Concorre ao mandato de deputado federal pelo estado do Rio Grande do Sul, e não é eleito. • **1995** – Eleito presidente do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul, cargo que ocupa de 1995 a 1997. • **1996** – Concorre ao mandato de vereador do município de Porto Alegre e reelege-se pela terceira vez a essa delegação. • **1997** – Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre. • **1999** – Ocupa o cargo de secretário estadual de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul no governo de Olívio Dutra (1999-2003). • **2000** – Concorre ao mandato de deputado federal pelo Rio Grande do Sul e obtém a suplência; em 2001, com o afastamento do deputado Ari Vanazzi (PT), **Clovis Ilgenfritz da Silva** assumiu o mandato de deputado federal. Na Câmara de Deputados foi titular das Comissões Permanentes de Desenvolvimento Urbano e Interior e suplente da Comissão de Finanças e Tributação, além de titular da Comissão Especial para Prorrogação da CPMF (PEC nº. 407/01) • **2002** – Suspende o mandato na Câmara Federal ao ser indicado, por meio do Decreto Legislativo nº. 3/2002, para compor o Conselho Superior da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS); posteriormente, ocupa, entre outubro e novembro de 2005, a Presidência da agência. • **2006** – Em março foi nomeado diretor financeiro e de relações com o mercado da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), empresa do Sistema Eletrobras

CONGRESSOS E MISSÕES OFICIAIS

• **1963** – Participa, como representante oficial do Brasil, da comitiva de estudantes no Primeiro Encontro Internacional de Estudantes e Professores de Arquitetura, “*Una arquitectura para toda la Humanidad*”, Havana/Cuba. • **1972** – Congresso da União Internacional dos Arquitetos (UIA), em Varna/Bulgária. • **1995** – Congresso da União Internacional dos Arquitetos (UIA), em Barcelona/Espanha. • **1989** – Em busca de apoio técnico-financeiro, representou o governo municipal de Porto Alegre em comitiva com representantes do governo municipal de São Paulo, em missão de visita a instituições governamentais e não governamentais da Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra, Itália, Suécia, Suíça, Canadá e Estados Unidos. • **2000** – Coordenou a **missão** do governo do Rio Grande do Sul para captação de recursos financeiros junto ao Banco Japonês para Cooperação Internacional, em Tóquio. • **2001** – Representante da Câmara dos Deputados na Sessão Especial da **Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU)**, na revisão e avaliação da implementação da Agenda Habitat – Istambul+5, New York/USA; representante do governo do Rio Grande do Sul na Reunião Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em New Orleans/USA.

Salvador/BA, abril de 2017

Documento elaborado pelo Conselheiro Luiz Antonio de Souza, aprovado em reunião do Conselho Diretor do IAB/BA de 9 de maio de 2017, em razão da indicação – com o apoio do IAB/RS – do arquiteto CLOVIS ILGENFRITZ DA SILVA ao Colar de Ouro do IAB.